



Regulação e Organização Industrial

Professores

Tiago Sousa Pereira
tiago.sousa@idp.edu.br

Objetivo do Curso

O principal objetivo do curso é capacitar o aluno em conhecimentos sobre organização industrial (análise de mercados) e regulação econômica. Para tanto, são apresentados conceitos de economia industrial e de microeconomia, necessários para a boa compreensão dos fundamentos e efeitos da regulação, bem como do surgimento e evolução das estruturas regulatórias.

Carga Horária

32 horas

Ementa do Curso

Modelos tradicionais de concorrência: competição perfeita, monopólio, oligopólio (modelos de Cournot, Bertrand e Stackelberg) e concorrência monopolística; economia de escala e de escopo; economia de aglomeração e arranjos produtivos locais; integração vertical e horizontal; teoria da agência e custos de transação; modelo ECD (estrutura-conduta-desempenho); teoria econômica da regulação: teorias normativa (falhas de mercado, monopólios naturais, regimes de prestação do serviço público e desenhos contratuais; regimes regulatórios, regulação com informação limitada, regulação por taxa de retorno e regulação por incentivos, regulação por comparação – *yardstick competition*, regulação ambiental) e positiva (oferta e demanda de regulação), regulação responsiva; boas práticas de governança regulatória (análise de impacto regulatório – AIR, análise de resultado regulatório – ARR, regulação responsiva); mecanismos para reequilíbrio contratual; boas práticas para matriz de riscos.

Horário

Terça: 19:00 às 21:30

Quinta: 13:00 às 20:30

Sábado: 13:00 às 16:30

Metodologia de Ensino

As aulas serão compostas de uma primeira parte expositiva, em que o professor expõe a temática central do encontro e, na sequência, apresenta estudos de casos aplicados à economia brasileira. A participação ativa dos alunos é fundamental para a condução dos trabalhos.

Forma de Avaliação

A avaliação é baseada na apresentação de um projeto de artigo relacionado ao conteúdo apresentado (as diretrizes e orientações para elaboração estão no final deste documento). A nota mínima para aprovação é 6.

Bibliografia básica:

JOSKOW, P. L. Regulation and Deregulation After 25 Years: Lessons Learned for Research in Industrial Organization. *Review of Industrial Organization*. 2004.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Elsevier, 2013.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall. 2002.

POSNER, Richard A. Theories of economic regulation. National Bureau of Economic Research, 1974. Disponível em: <http://econdse.org/wp-content/uploads/2012/02/Posner-Theories-of-economic-regulation-2001.pdf>

STIGLITZ, J. Economics of the Public Sector. 3rd edition. New York, NY: W.W. Norton & Co., 2000.

TIROLE, Jean. The Theory of Industrial Organization. Cambridge, MIT Press, 1988.

TIROLE, Jean. Market failures and public policy. American Economic Review, v. 105, n. 6, p. 1665-1682, 2015.

Bibliografia complementar:

ARMSTRONG, Mark; SAPPINGTON, David EM. Recent developments in the theory of regulation. Handbook of industrial organization, 2003. Disponível em: <http://econdse.org/wp-content/uploads/2013/01/armstrong-sappington-2003.pdf>

ARANHA M. I. Estudo sobre abordagem comando-e-controle e teorias da regulação apoiadas em incentivos, com ênfase na regulação responsiva e seus fundamentos, inclusive o desenho das pirâmides responsivas, bem como sua aplicação direta no setor aéreo. Brasília: Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da Faculdade de Direito, UnB, 2021.

BALDWIN, R.; CAVE, M.; LODGE, M. Understanding Regulation. Theory, Strategy, and Practice. Oxford University Press. 2012. Capítulos: Introdução; Cap. 2 – Why regulate?; Cap. 3 - What is 'Good' Regulation?; Cap. 4 - Explaining Regulation. Cap. 7 - Regulatory Strategies; Cap. 9 – Franchising: problems to be overcome (p. 174-194); Cap. 12 – Responsive Regulation; Cap. 22 - Regulating Prices in Natural Monopolies.

BERNSTEIN, Jeffrey I.; SAPPINGTON, David EM. Setting the X Factor in Price Cap Regulation Plans. Working Paper 6622. National Bureau of Economic Research. Cambridge, Massachusetts, 1998.

CAMACHO, F.; RODRIGUES, B. Regulação Econômica de infraestruturas: como escolher o modelo mais adequado? Revista do BNDES. 2014. Disponível em: https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2572/1/RB%2041%20Regulacao%20economica%20de%20infraestruturas_P.pdf

FREIXAS, Xavier; GUESNERIE, Roger; TIROLE, Jean. Planning under incomplete information and the ratchet effect. The review of economic studies, v. 52, n. 2, p. 173-191, 1985.

GUASCH, J. Luis; LAFFONT, Jean-Jacques; STRAUB, Stephane. Renegotiation of concession contracts in Latin America: Evidence from the water and transport sectors. International journal of industrial organization, v. 26, n. 2, p. 421-442, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante. Volume 1. 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32688&Itemid=433

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post. Volume 2. 2018. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=34504

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. Infraestrutura Econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas para 2025. Livro 6, Volume 1. Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, 2010. Livro disponível online: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6472

JAMISON, Mark A. Price Cap and Revenue Cap Regulation. Encyclopedia of Energy Engineering and Technology, v. 3, p. 1245-1251, 2005.

MUELLER, Bernardo. Regulação, Informação e Política: Uma Resenha da Teoria Política Positiva da Regulação. Revista Brasileira de Economia de Empresas, vol.1, n 1, 9-29. 2001. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbee/article/view/4385/2722>

OCDE Evaluating The Effectiveness Of Compliance Risk Treatment Strategies. [Relatório] / OCDE. - 2010.

OECD Regulatory Enforcement And Inspections Toolkit. - Paris : [S.N.], 2018.

OCDE Regulatory Enforcement And Inspections Toolkit [Relatório] / OCDE. - Paris : [S.N.], 2018B.

PEREIRA, T. S. Regulação Responsiva e Teoria Econômica: uma Proposta de Jogo Responsivo e Pirâmide De Compliance. In: Ensaios em Economia Política e Regulação (Tese de Doutorado). Departamento de Economia. UnB. 2022.

POLITI, R. B.; MATTOS, E. Ad-valorem tax incidence and after-tax price adjustments: evidence from Brazilian basic basket food. Canadian Journal of Economics/Revue canadienne d'économique, 44: 1438–1470. 2011

POLLITT, Michael. Notas de aula do curso Government Regulation of Industry. Disponível em: <https://ocw.mit.edu/courses/economics/14-23-government-regulation-of-industry-spring-2003/lecture-notes/>

POSNER, Richard A. Theories of economic regulation. National Bureau of Economic Research, 1974. Disponível em: <http://econdse.org/wp-content/uploads/2012/02/Posner-Theories-of-economic-regulation-2001.pdf>

- SAPPINGTON, David EM. Regulating service quality: A survey. *Journal of regulatory economics*, v. 27, n. 2, p. 123-154, 2005. <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s11149-004-5341-9.pdf>
- SHAPIRO, Stuart. The evolution of cost–benefit analysis in US regulatory decisionmaking. In: LEVI-FAUR, David. *Handbook on the Politics of Regulation*.
- SHLEIFER, Andrei. 1985. A Theory of Yardstick Competition. *Rand Journal of Economics* 16 (3): 319-327.
- SILVA, Mauro Santos (org). *Concessões e parcerias público-privadas: políticas públicas para provisão de infraestrutura*. IPEA. 2022.
- STIGLER, G. *The Theory of Economic Regulation*. 1971.
- STIGLER, G.; FRIEDLAND, C. *What Can the Regulators Regulate: The Case of Electricity*. 1962.
- STIGLITZ, Joseph E. *Economics of the public sector*. WW Norton & Company, 1999.
- TIROLE, Jean. Market failures and public policy. *American Economic Review*, v. 105, n. 6, p. 1665-1682, 2015.
- VISCUSI, W. K., VERNON, J. M. HARRINGTON JR, J. E., (1997). *Economics of Regulation and Antitrust*, The MIT Press, 4th Edition.

Apêndice I – Diretrizes para Elaboração de Projeto de Artigo Científico

Um artigo científico é um manuscrito que representa um trabalho original de pesquisa ou estudo científico, cujo propósito é o de compartilhar tal trabalho com outros cientistas. Pode ser uma adição ao estudo em andamento em uma área do conhecimento, pode ser totalmente inovador ou um estudo comparativo entre diferentes abordagens. Para atingir tal objetivo, os artigos devem ter, como meta principal, informar, não impressionar. Eles devem ser altamente legíveis, isto é, claros, precisos e concisos. Os artigos científicos usualmente têm dois públicos principais: primeiro, os revisores de revistas científicas, que ajudam o editor de uma revista a decidir se um artigo é adequado para publicação; e segundo, os próprios leitores da revista, que têm graus variados de conhecimento sobre o tema abordado (poderiam também ser incluídos revisores e participantes de congressos e encontros científicos).

Em termos de orientações gerais, um artigo científico:

- deve responder a uma pergunta;
- se torna mais interessante caso tenha uma hipótese (resposta provisória à pergunta) formulada;
- deve ter fundamentos sólidos e baseados na literatura científica preexistente;
- deve ser original (comunicar pela primeira vez o resultado de uma pesquisa, pois seu principal objetivo é compartilhar os resultados obtidos, por meio da pesquisa realizada, com a comunidade científica para que possam ser conhecidos e contrastados) e contribuir com algo novo para o campo temático do qual se trata;
- seus resultados devem ser válidos, confiáveis, e reproduutíveis, e devem ser redigidos em linguagem clara e precisa (devem conter claramente todas as informações necessárias para que outros cientistas possam reproduzir os resultados encontrados); e
- deve utilizar uma metodologia com instrumentos e procedimentos cientificamente válidos (para o campo de estudo em questão), independentemente de ser qualitativa, quantitativa ou mista.

Título: máximo de 15 palavras.

Title: seguem as mesmas regras do título em português.

Resumo: O resumo deve apresentar de forma clara o problema de pesquisa (objetivo principal/geral da pesquisa), o método, a hipótese de estudo (se houver), os resultados e as conclusões do trabalho. O resumo deve ser composto de uma sequência bem encadeada de frases coerentes, consistentes e objetivas. Não deve haver enumeração de tópicos. Deve ser redigido em um único parágrafo. Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. Ao ler seu resumo, o leitor deve ser capaz de apreender as principais características do seu trabalho. O resumo deve conter entre 150 e 250 palavras.

Palavras-chave: Indicar de 3 a 5 palavras-chave separadas entre si por ponto e vírgula.

Abstract: Segue as mesmas regras do resumo em português.

Keywords: Seguem as mesmas regras das palavras-chave em português.

A estrutura de artigo que se recomenda é a seguinte:

1. Introdução;
2. Referencial Teórico;
3. Metodologia (e hipóteses, se for o caso);
4. Resultados e Discussões;
5. Conclusão; e,
6. Referências.

Detalhamento das seções:

Introdução: apresentar, contextualizar e justificar o tema da pesquisa, o problema de pesquisa, a(s) hipótese(s) (se for o caso), a metodologia e os principais resultados alcançados. Idealmente, o(a) autor(a) deve terminar a introdução com um parágrafo apresentando o artigo, explicitando quantas e quais são as seções do artigo que virão adiante.

Referencial Teórico: apresentar os principais conceitos, teorias, definições que a pesquisa utiliza a partir da bibliografia utilizada.

Metodologia: Deve-se apresentar todo a operacionalização da pesquisa, isto é, o detalhamento do passo a passo segundo o qual o ela foi realizado. Dentro da seção de metodologia, o(a) autor(a) deve apresentar sua(s) hipótese(s) de estudo, fundamentando-a (teoricamente, se for o caso) e especificando como elas será(ão) verificada(s)/testada(s).

Resultados e Discussões: apresentar os resultados alcançados com a pesquisa e discuti-los à luz do referencial teórico. Na seção dos resultados o(a) autor(a) deve deixar claro quais as contribuições que a pesquisa oferece para o tema estudado e demonstrar se a(s) hipótese(s) de estudo foi(foram) confirmadas ou refutadas.

Conclusão: reforçar os principais resultados alcançados pela pesquisa e apontar possibilidades de pesquisas futuras que podem aprofundar ainda mais as evidências do objeto de estudo da sua pesquisa, ou seja, que outras pesquisas futuras contribuiriam ainda mais para entender o que você pesquisou.

Referências: apresentar todas as fontes consultadas.

Recomenda-se que o artigo possua entre 10 e 15 páginas.